

Eunice Aparecida de Jesus Prudente
Maria Paula Dallari Bucci
Nina Beatriz stocco Ranieri
Sebastião Botto de Barros Tojal
Coordenação

TEORIA DO ESTADO CONTEMPORANEA

*Homenagem da Academia
ao Professor Ricardo Lewandowski*

Luis Gustavo Faria Guimarães
Organização Executiva

Alberto do Amaral Júnior, André de Carvalho Ramos, Angela Limongi Alvarenga Alves, Celso Lafer, Daniel Campos de Carvalho, Eduardo de Carvalho Rêgo, Eleonora Mesquita Ceia, Élide Graziane Pinto, Elival da Silva Ramos, Eloísa Machado de Almeida, Emerson Gabardo, Eneida Desiree Salgado, Eunice A. de Jesus Prudente, Fernando Dias M. de Almeida, Fernando Facury Scaff, Flávia Piovesan, Floriano de Azevedo M. Neto, Gustavo Ferraz de C. Mônaco, Gustavo Justino de Oliveira, Igor Sant'anna Tamasauskas, Ísis Aparecida Conceição, José Armando Ponte Dias Junior, José Eduardo C. de Oliveira Faria, José Levi Mello do A. Júnior, José Luiz Borges Horta, José Reinaldo de Lima Lopes, Juliano Glinski Pietzack, Lucas de Santana Módolo, Luis Manuel Fonseca Pires, Luiz Alberto David Araújo, Luiz Gustavo Bambini de Assis, Luma Cavaleiro de Macedo Scaff, Marcos Augusto Perez, Maria Arminda do N. Arruda, Maria Garcia, Maria Paula Cassone Rossi, Maria Paula Dallari Bucci, Maria Thereza de Assis Moura, Matheus Conde Pires, Murilo Gaspardo, Nina Beatriz Stocco Ranieri, Odete Medauar, Otávio Pinto e Silva, Paula Monteiro Danese, Paulo Borba Casella, Pedro B. de Abreu Dallari, Pierpaolo Cruz Bottini, Rafael Vêras de Freitas, Rodrigo Correia do Amaral, Rodrigo Pires da Cunha Boldrini, Roger Stiefelmann Leal, Rubens Beçak, Sebastião Botto de Barros Tojal, Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Thiago Marrara, Vitor Rhein Schirato

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2023

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

PRUDENTE, EUNICE APARECIDA DE JESUS; BUCCI, MARIA PAULA DALLARI; RANIERI, NINA BEATRIZ STOCCO; TOJAL, SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS (COORDENAÇÃO).

Teoria do Estado Contemporânea: Homenagem da Academia ao Professor Ricardo Lewandowski.

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Teoria do Estado Contemporânea: Homenagem da Academia ao Professor Ricardo Lewandowski – 1.ª ed. – São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-253-3

1. Direito do Estado; 2. Teoria do Estado; 3. Poder Judiciário; 4. Direitos Humanos, 5. Separação dos Poderes; 6. Democracia. 1. I. Título

1254337

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone e whatsapp: +55 11 9 9431 1922

 @editoraquartierlatin

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, Videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação, 19

Celso Campilongo e Ana Elisa Bechara

Parte I

TEORIA DO ESTADO, 23

I. Revisitando o Conceito de Soberania Diante da Globalização e da Desglobalização, 25

Angela Limongi Alvarenga Alves

Introdução	25
1. Soberania e globalização	26
2. Soberania e governança.....	31
3. Soberania e governança em contexto de desglobalização	36
Conclusão	40
Referências	42

II. Crise da Democracia e suas Dimensões Explicativas Globais, 45

Daniel Campos de Carvalho e Murilo Gaspardo

Introdução	45
1. Os desafios impostos à democracia pela globalização e pela interdependência	52
2. A retroalimentação entre os impasses na governança global, a ascensão de líderes populistas e nacionalistas e as crises dos regimes democráticos nacionais.....	55
3. A reconfiguração econômica e geopolítica global face à influência de Estados autocráticos.....	63
4. O movimento global neoconservador e a articulação internacional entre movimentos autoritários	69
Considerações finais	72
Bibliografia	73

III. A Supremacia da Constituição e sua Subsistência no Estado Contemporâneo, 77

Elival da Silva Ramos

I. O princípio da supremacia da Constituição.....	77
II. A relativização da supremacia material das Constituições	83

III. Os desafios contemporâneos à supremacia constitucional e o pensamento de Ricardo Lewandowski	84
III.1. Globalização.....	86
III.2. Legitimidade democrática <i>versus</i> legitimidade constitucional	88
III.3. Internacionalização do direito: a funcionalidade do dualismo moderado	90
IV. Considerações finais e conclusivas	101
Bibliografia	102

IV. Consensualidade: Enfraquecimento ou Transformação da Coerção do Estado?, 105

Igor Sant'Anna Tamasauskas e Sebastião Botto de Barros Tojal

1. Introdução	105
2. Papel do Estado, do Direito e das instituições jurídicas a partir da segunda metade do Século XX.....	106
3. Sociedade em rede: globalização, informação e mídias sociais	111
4. A realidade brasileira.....	114
5. Rerratificação do papel coercitivo do Estado	117
6. Conclusões.....	119
7. Bibliografia	121

V. Estado e Economia: o Fundamentalismo de Mercado em Tempos Pandêmicos, 123

José Eduardo C. de Oliveira Faria

VI. Intervenção Federal, 131

José Levi Mello do Amaral Júnior

Conceitos introdutórios.....	131
Intervenção federal no Direito Comparado.....	135
Intervenção federal nas Constituições brasileiras.....	140
Conclusão: a atualidade da obra	145

VII. Macrofilosofia e Culturalismo como Elementos de Filosofia do Estado, 147

José Luiz Borges Horta

1. Para uma Filosofia do Estado	147
2. Do fragmentário ao macrorrelato: o Macrofilosófico.....	148
3. Do ilusório ao real: o culturalismo	153
4. Conclusões breves.....	158
5. Referências Bibliográficas	158

VIII. A Discricionariedade Administrativa e as Ameaças dos Estados de Exceção à Democracia, 161

Luis Manuel Fonseca Pires

Contextualização	161
1. Definições de discricionariedade administrativa na formação e desenvolvimento do Direito Administrativo	162
2. Autoritarismo líquido, estados de exceção e discricionariedade administrativa	170
Referências bibliográficas	175

IX. O Rito de Tramitação das Medidas Provisórias e a Tentativa de Usurpação do Poder Congressional pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, 177

Luiz Gustavo Bambini de Assis

I. Introdução	177
II. A previsão do artigo 62 e o desrespeito às regras constitucionais com a permanência da vigência do Ato Normativo 01/22	179
III. A recente mudança na tramitação das medidas provisórias por emenda constitucional não promulgada e o acirramento do impasse entre as Casas legislativas	183
Bibliografia	190

X. Emendas Constitucionais: a Questão da Legitimidade e a Cidadania, 193

Maria Garcia

Introdução	193
I. Constituição e Poder Constituinte	195
II. Emendas à Constituição	197
III. Cidadania, a lição esquecida	199
IV. Cidadania, o art. 14 e a questão da legitimidade	200

XI. As Teorias Clássicas da Política e a Representação do Feminino, de Aristóteles a Marx. Novas Possibilidades de Interpretação da História das Instituições Políticas, 207

Nina Beatriz Stocco Ranieri

1. Aristóteles e Platão: o estereótipo arquetípico e a incipiente ideia de gênero	210
2. O Liberalismo Clássico e a ambiguidade do contrato social em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant. A educação como via para a cidadania: Wollstonecraft e Mill	216

3. Direitos naturais universais e cidadania política, para homens. Rousseau	222
4. Marxismo e gênero	227
4.1. O problema da subordinação das mulheres foi amplamente reconhecido na obra dos socialistas do séc. XIX, com diferentes abordagens em relação à sua emancipação.....	227
Observações finais	231
Referências Bibliográficas	234

XII. Separação de Poderes, 237

Odete Medauar

1. Introdução	237
2. Noção e precursores	237
2.1. Precursores remotos	238
2.2. Precursores menos remotos.....	238
3. Teorização de Montesquieu	239
4. Difusão	240
5. Críticas à separação de poderes de Montesquieu	241
6. Proposições de uma nova distribuição de poderes.....	245
7. Conclusão	245
8. Bibliografia	246

XIII. Soberania por Dentro e por Fora – Entre a Teoria Geral do Estado e o Direito Internacional, 249

Paulo Borba Casella

XIV. Teoria do Estado Brasileiro: Noção, Objeto e Método, 279

Rodrigo Pires da Cunha Boldrini e Maria Paula Dallari Bucci

Introdução	279
1. O problema do método: integração jurídica dos fatos históricos segundo o pensamento político brasileiro.....	282
2. O problema do objeto: categorias para a teoria do Estado brasileiro	288
3. Sistematização jurídica do fenômeno político brasileiro: tópicos para pesquisa e ensino.....	295
a) Formação do Estado Brasileiro.....	297
b) Povo e cidadania: diálogos entre José Bonifácio, Luiz Gama e Joaquim Nabuco.....	299
c) Restauração “à brasileira”, soberania e separação dos Poderes: do Conselho de Estado ao STF	300

d) Do contraponto republicano de Frei Caneca à Constituição de 1891	302
e) Desafio territorial e descentralização/centralização monárquica	303
f) Parlamentarismo “às avessas”	304
g) Estado Federal: coronelismo e política dos governadores	305
h) Guerra do Paraguai, Tenentismo, Estado Novo e regime militar	306
i) Estado moderno brasileiro: Era Vargas e o nacional desenvolvimentismo	310
j) Democracia e Participação Política: Constituições de 1934, 1946 e 1988	311
Referências	312
Anexo I.....	316

XV. Iniciativa Popular: Da Festa da Democracia ao Ostracismo Pragmático, 317

Rubens Beçak e Matheus Conde Pires

Introdução	317
I. A festa da democracia.....	319
II. O ostracismo pragmático	323
Conclusão	327
Referências	332

XVI. A Galáxia de Gutenberg e a Democracia. Reflexões sobre a Liberdade de Imprensa na Passagem para as Mídias Sociais, 333

Tercio Sampaio Ferraz Junior

1. Democracia e liberdade de imprensa.....	333
2. Imprensa como “quarto poder”.....	334
3. O poder da palavra e a força da escrita.....	335
4. O advento da tipografia	337
5. O livro e o jornal	338
6. A opinião pública.....	340
7. O <i>poder</i> do “quarto poder”	341
8. Liberdade de imprensa como confrontação.....	342
9. O advento da internet.....	344
10. Noticiário como “disastr’entretenimento”	345
11. Conclusão	347

XVII. O Papel e a Importância das Cortes Constitucionais na Preservação da Democracia no Estado Contemporâneo, 353

Vitor Rhein Schirato

I. Introdução	353
II. Origem e configuração das Cortes Constitucionais	355
III. Os ordenamentos constitucionais contemporâneos	359
IV. As cortes constitucionais e a preservação da democracia	361
V. Breve conclusão	367
Bibliografia	368

Parte II

PODER JUDICIÁRIO, 369

XVIII. Protagonismo Judicial e a Titularidade da Vontade Popular: O Caso do Combate Seletivo à Corrupção, 371

Emerson Gabardo

1. Introdução	371
2. O universo simbólico do protagonismo judicial	373
3. O combate à corrupção como representação simbólica	377
4. Considerações Finais	383
5. Referências Bibliográficas	385

XIX. Pluralismo Jurídico e Direito Internacional Privado no Judiciário Brasileiro: *Pluralizando com Rigaux, Hespanha, Ost E Legrand*, 389

Gustavo Ferraz de Campos Monaco

Introdução	389
1. Por que é difícil fazer? Ensino do direito internacional privado no Brasil nos últimos 50 anos	393
2. Por que fazer, por que não abandonar? O pluralismo jurídico advindo do conflito de leis e de culturas como reforço da metodologia típica da disciplina	395
3. Com que objetivo fazer? O direito estrangeiro como aprimoramento do direito nacional	400
4. Como lidar com o direito estrangeiro? Traduzir, interpretar, aplicar	406
Conclusão	409
Referências	410

XX. Deontologia do Juiz, 413

José Reinaldo de Lima Lopes

Deontologia e natureza das práticas	413
O que é um juiz?.....	418
O juiz é um terceiro.....	420
O juiz não faz a regra.....	421
Confusões da processualística recente.....	422
Confusões do constitucionalismo recente.....	423
Deontologia em exemplos	425
Julgamento por suspeitas e julgamento por provas	425
Suspeição e regras de suspeição	427
<i>Iudex perfectus</i>	429

XXI. A Ocultação como Elemento Central do Crime de Lavagem de Dinheiro, 433

Pierpaolo Cruz Bottini

XXII. Ricardo Lewandowski – O Magistrado como Pedagogo, 443

Rodrigo Correia do Amaral e Maria Arminda do Nascimento Arruda

1. Introdução	443
2. Propriedades sociais do campo jurídico e o seu desenvolvimento no Brasil	445
2.1. Emergência do campo jurídico, aspectos-chave do seu desenvolvimento no Brasil, e perfil da magistratura na Nova República.....	446
2.2. Transformação tecnológica dos meios de comunicação, reinvenção do espaço público e presença do discurso jurídico.....	457
3. Pedagogo da democracia e do Estado de Direito	460
4. Considerações finais.....	466
Referências	468
Anexo 1. Artigos de Ricardo Lewandowski, por grande tema	470

XIII. Seletivo e Camuflado: O Efeito Vinculante no Controle Abstrato e Constitucionalidade, 471

Roger Stiefelmann Leal

1. Considerações iniciais	471
2. Efeito vinculante, reclamação e sobrecarga	474
3. A causa.....	476
4. Mudança de significado	480
5. A força vinculante dos fundamentos determinantes na jurisprudência atual...	481

5.1. Efeito vinculante seletivo	482
5.2. Efeito vinculante camuflado.....	483
6. Considerações finais.....	485

XXIV. Atos de Improbidade: Como a Lei nº 14.230/2021 Modificou os Tipos Infrativos da LIA? , 489

Thiago Marrara

Introdução	489
1. Atos de Improbidade: Características Comuns.....	494
2. Modificações na improbidade por enriquecimento ilícito	496
3. Modificações na Improbidade por dano ao Erário.....	498
4. Modificações na improbidade por violação de princípios.....	501
5. A Taxatividade do art. 11 e suas Espécies Infrativas	502
6. Conclusão	506
7. Referências bibliográficas	508

Parte III

DIREITOS HUMANOS, 509

XXV. Ensaio sobre Meio Ambiente, Direitos Humanos e Perspectivas no Direito Interno e Internacional, 511

Alberto do Amaral Junior e Paula Monteiro Danese

Introdução	511
Sobre o meio ambiente saudável.....	512
Conclusão.....	524
Referências	524

XXVI. Povos Originários e o Direito à Terra no Brasil, 527

André de Carvalho Ramos

Prolegômeno Homenagem ao Professor Lewandowski.....	527
1. Noções Gerais: o tratamento constitucional	529
2. A vulnerabilidade agravada dos povos indígenas.....	531
3. Povos Indígenas e o Direito Internacional	532
4. A jurisprudência da Corte IDH e a matéria indígena.....	534
5. A disputa das terras indígenas: o “marco temporal” e a (firme) posição do Professor e Ministro Lewandowski.....	536
6. O direito à terra dos povos originários	541
Conclusão.....	544

Referências	545
-------------------	-----

XXVII. Reflexões sobre o Alcance, o Significado e os Desdobramentos do Tribunal de Nuremberg no Campo dos Direitos Humanos, 547

Celso Lafer

XXVIII. Judicialização Atenta aos Direitos Humanos: Respeito à Dignidade, 563

Eunice Aparecida de Jesus Prudente

1. Introdução	563
2. Mulheres são seres múltiplos e humanos são seus direitos	567
3. Um judiciário no Estado Democrático de Direito	571
Referências	575

XXIX. A Origem Burguesa dos Direitos Humanos e sua Perspectiva Histórico Evolutiva: Do Sistema Dimensional ao Unitário, 577

Fernando Facury Scaff e Luma Cavaleiro de Macedo Scaff

Introdução	577
I. A origem burguesa dos Direitos Fundamentais.....	578
II. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: a busca por uma definição conceitual e terminológica.....	586
III. As garantias financeiras e alguns esclarecimentos como os “falsos direitos humanos”.....	590
IV. A Teoria Dimensional dos Direitos Humanos: em busca da compreensão de uma unitária e indivisível.....	592
V – Funções que exercem os Direitos Fundamentais.....	596
Conclusões	598
Bibliografia citada.....	600

XXX. Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Impacto Transformador e Diálogos Jurisdicionais, 603

Flavia Piovesan

1. Introdução	603
2. Impacto Transformador do Sistema Interamericano no Contexto Latino-Americano	604
3. O Empoderamento do Sistema Interamericano Mediante a Efetividade do Diálogo Jurisdicional e Crescente Legitimação Social.....	606

4. Desafios do Sistema Interamericano, Agenda de Reformas e a Pavimentação de um “*Ius Commune* Latino-Americano em Direitos Humanos”.....616

XXXI. A Comissão Nacional da Verdade e a Relevância de seu Marco Legal, 623

Pedro B. de Abreu Dallari

Parte IV

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 631

XXXII. O Papel do Supremo Tribunal Federal Diante do Populismo Autoritário em Tempos de Emergência: a Aplicação do Direito Internacional em Matérias de Saúde Pública e Meio Ambiente, 633

Eleonora Mesquita Ceia

Introdução	633
I. O avanço do populismo autoritário no Brasil	635
II. O direito internacional na jurisprudência do STF	638
III. A jurisprudência do STF perante o populismo iliberal: uma abordagem internacional em matérias de saúde pública e meio ambiente	644
Considerações finais	649

XXXIII. Legado do Ministro Ricardo Lewandowski na ADI 5595: Uma Perspectiva Acerca do Custeio Constitucionalmente Adequado do Direito à Saúde e do Sistema Único de Saúde – SUS, 651

Élida Graziane Pinto

1. Introdução	652
2. Sumário das teses esposadas na ADI 5595 pelo Ministro Ricardo Lewandowski.....	653
3. Fundamentos fáticos e jurídicos acerca da inconstitucional regressividade no piso federal em saúde imposta pelos arts. 2º e 3º da EC 86/2015.....	660
3.1. Breve contextualização histórica	660
3.2. ADI 5595 como impugnação estrutural contra retrocessos no piso federal em saúde.....	667
4. Conclusão	668

XXXIV. O HC 143.641: Criando Novos Futuros, 677*Eloísa Machado de Almeida*

1. O HC 143.641 como um grande caso paradigmático: alto impacto e pioneirismo.....	677
2. A construção do HC coletivo 143.641: desafios processuais e participação da sociedade civil.....	678
3. A decisão do HC 143.641: primazia dos direitos das crianças e justiça para mulheres gestantes e mães.....	682
4. Criando futuros: o impacto do HC 143.641.....	686
Referências bibliográficas	690

XXXV. Uma Análise da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em tempo de Covid, em diálogo com o pensamento de Enrique Ricardo Lewandowski, 691*Fernando Dias Menezes de Almeida*

1. Apresentação.....	691
2. O tratamento da crise sanitária no sistema constitucional brasileiro de legalidade e de organização federativa	691
3. Alguns aprofundamentos sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a partir do pensamento de Lewandowski	698

XXXVI. Manifestações de Democracia Defensiva na Atuação do Ministro Ricardo Lewandowski Durante a Pandemia da Covid-19, 709*Gustavo Justino de Oliveira e Eduardo de Carvalho Rêgo*

1. Introdução	709
2. Contextualização teórica e prática sobre a chamada Democracia Defensiva.....	711
3. O papel defensivo do Supremo Tribunal Federal durante a pandemia da Covid-19	716
4. Análise jurisprudencial.....	719
4.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.586/DF	719
4.2. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 754/DF	721
4.3. Ação Cível Originária nº 3.451/DF	723
5. À guisa de conclusão: manifestações de Democracia Defensiva na atuação do Ministro Ricardo Lewandowski durante a pandemia da Covid-19	725
Referências	727

XXXVII. Justiça Racial Comparada: As Cotas Raciais e Políticas Racialistas pelas Lentes da Teoria Crítica Racial, 729

Ísis Aparecida Conceição

Dread Scott v John F.A. Sandford (1857)	730
Plessy vs Ferguson (1896)	731
Brown vs Board of Education I e II (1964/65).....	732
Bakke v Regents of the University of California (1978)	732
Gratz v Bollinger (2003)	733
Grutter v Bollinger (2003).....	734
Parents Involved in Community Schools v. Seattle School District No. 1 (2007)	735
Fisher v University of Texas I e II (2013/16)	736
Conclusão	737
Bibliografia	738

XXXVIII. Por uma Sociedade Livre, Justa e Solidária: Uma Análise do Voto do Ministro Ricardo Lewandowski na ADPF 186, 739

*José Armando Ponte Dias Junior, Juliano Glinski Pietzack
e Eneida Desiree Salgado*

1. Introdução	739
2. Democracia, igualdade e as políticas de ação afirmativa.....	740
3. A adoção do critério étnico-racial para o estabelecimento de cotas nas universidades públicas: uma leitura a partir do voto do ministro Ricardo Lewandowski na ADPF 186 – DF	748
4. Considerações finais.....	752
5. Referências.....	753

XXXIX. Constitucionalização das Ações Afirmativas no Brasil: Contribuições do STF e de Ricardo Lewandowski para a Superação dos Argumentos contra as Cotas Raciais, 755

Lucas de Santana Módolo e Marcos Augusto Perez

Introdução	755
1. A política de cotas raciais nas universidades pode levar à perda de excelência, por subverter o princípio do mérito acadêmico?	757
2. As cotas raciais geram estigmas e impactos negativos no mercado de trabalho? ...	760
3. As cotas são inaplicáveis em nosso país, dada a miscigenação do povo brasileiro?	764
4. As cotas universitárias raciais não possuem fundamento legal?.....	767

Considerações finais	769
Referências bibliográficas	770

XL. Acessibilidade e Direitos Fundamentais: A Falta de Olhar para o “Outro”, 771

Luiz Alberto David Araujo

XLI. HC Coletivo nº 143.641/SP: Cárcere Feminino e Direitos Humanos, 783

Maria Thereza de Assis Moura e Maria Paula Cassone Rossi

1. Introdução	783
2. O <i>Habeas Corpus</i> nº 143.641/SP e o princípio da prioridade absoluta da primeira infância	785
3. A prisão domiciliar e a Lei nº 13.769/2018	789
4. A Resolução CNJ nº 369/2021	789
5. Desafios ao cumprimento da ordem concedida no HC nº 143.641/SP: a questão da carência de indicadores	793
6. Considerações Finais	794
7. Referências	795

XLII. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho e o Julgamento da Legislação Trabalhista Emergencial na Pandemia (ADI 6363/2020), 797

Otavio Pinto e Silva

1. Introdução	797
2. Divisão do Direito: público x privado	797
3. Natureza jurídica do direito do trabalho: divergências doutrinárias	799
3.1. Direito público	799
3.2. Direito privado	801
3.3. Direito Misto	802
3.4. Direito Unitário	802
3.5. Direito Social	803
3.6. Posição eclética	804
4. A legislação trabalhista emergencial sob julgamento no STF	805
5. Conclusão	817
Bibliografia	818

XLIII. Desafios à Universalização do Saneamento e o Federalismo da Realidade , 819

Rafael Vêras de Freitas e Floriano de Azevedo Marques Neto

Introdução	819
1. Desafio da isonomia plana à universalização do saneamento	821
2. Desafio das Formas de Financiamento à universalização do saneamento	831
3. A disputa por quem tem o direito de não prestar um serviço público	836
4. Propostas para a construção de um federalismo da realidade na prestação associada de serviços públicos	842
Conclusões	846
Bibliografia	849